



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	279
Fls.	
Proc. 005216	
Rubrica	

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 213/2022 – REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO Nº. 005216/2022 – SMEC

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE ROBÓTICA EDUCACIONAL, SERVIÇOS DE APOIO PEDAGÓGICO PARA EDUCADORES E ORGANIZAÇÃO DE TORNEIOS DE ROBÓTICA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA/RR -ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO CCTI (CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO).

IMPORTANTE:

- **Início do acolhimento das propostas e dos documentos de habilitação:**

11/07/2022 às 09:00 horas

- **Limite do Acolhimento das propostas e dos documentos de habilitação:**

21/07/2022 às 09:30 horas

- **Data do Pregão e horário da Disputa de Preços:**

21/07/2022 às 10:00 horas

- **Formalização dos Pedidos de Esclarecimentos:**

Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, informando o nº da licitação.

E-mail: pregao.pmbv@gmail.com

- **Referência de Tempo:**

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

- **Informações sobre Impugnação:**

(95) 3621-1770

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NERIA GARDENIA PONTES BENICIO EM 08/07/2022 17:44:42

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 8629980F7





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	280
Fls.	
Proc. 005216	
Rubrica	

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, torna pública a abertura do **Processo nº 005216/2022-SMEC**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 213/2022 - REGISTRO DE PREÇO**, tipo menor preço, por **LOTE**, a ser realizado as **10:00 horas** (Horário de Brasília), no dia **21/07/2022**, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002, Decreto n.º 10.024 de 20/09/2019, Decreto Municipal n.º 009/E, de 25/01/2006, Decreto n.º 113/E de 19/11/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93 de 21/6/93, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

PARA ESTA LICITAÇÃO NÃO SERÁ ADOTADA A RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO OBJETO, PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC, QUE SE ENCONTRA NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2 – Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) Pregoeiro (a) do **MUNICÍPIO, Néria Gardênia Pontes Benício**, com o apoio da Equipe, ambos designados pelo Decreto n.º 124 – E/2021, publicado no DOM nº 5488, de 21/10/2021, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A (provedor do sistema eletrônico).

2 – OBJETO

2.1-Registro de preços para eventual aquisição de conjuntos de robótica educacional, serviços de apoio pedagógico para educadores e organização de torneios de robótica aos alunos das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista/RR -alunos da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental e do CCTI (Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação), conforme especificações descritas no Anexo I, deste Edital.

3 – ÁREA SOLICITANTE

3.1 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC.

4 – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1 – Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, no sítio www.licitacoes-e.com.br, no portal <http://transparencia.boavista.rr.gov.br/licitacoes> ou quando solicitado através do e-mail pregao.pmbv@gmail.com.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	281
Fls.	
Proc. 005216	
Rubrica	

4.1.1 – As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações e o andamento referente ao processo no sítio www.licitacoes-e.com.br, e as publicações nos Diários Oficiais da União (DOU), do Município de Boa Vista (DOM) e no Jornal Folha de Boa Vista (<https://www.folhabv.com.br>), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

4.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital deverão ser enviadas ao(a) Pregoeiro(a), até 3(três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por meio do endereço eletrônico pregao.pmbv@gmail.com.

4.3 – O (a) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02(dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

4.4 – Em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer CIDADÃO ou LICITANTE poderá impugnar o instrumento convocatório do Pregão, devendo ser enviada(s) através do e-mail pregao.pmbv@gmail.com, no horário das 8:00h as 18:00h. Os e-mails remetidos em horários diferentes do mencionado serão recepcionados com a data do próximo dia útil. A inobservância do prazo legal citado decairá o direito de impugnar os termos do edital.

4.5 – Caberá ao(à) Pregoeiro(a) e à equipe de apoio decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do seu recebimento.

4.6 – Quando o pedido de impugnação ou de esclarecimento tratar-se especificamente de temas alheios a competência do(a) Pregoeiro(a) , ou seja, temas quanto as especificações técnicas ou vinculados ao termo de referência, este poderá encaminhar o referido pedido ao órgão de origem para que o mesmo se pronuncie acerca do questionamento, cabendo ao órgão respondê-lo no prazo preestabelecido. Caso não o faça, o certame será suspenso *Sine-Die*, até que os questionamentos sejam sanados.

4.7 – Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.8 – O Município não se responsabilizará pelas impugnações e pedidos de esclarecimentos que forem apresentados em endereços diversos dos indicados no subitem 4.2 deste edital, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal.

5 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, Microempresas e empresas de pequeno porte do ramo pertinente ao objeto licitado, que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações e que estejam previamente credenciados no aplicativo “Licitações”, conforme o Título 7.

5.2 – Não poderá participar da presente licitação empresa:

5.2.1 – suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, III e IV da lei 8.666/93;

5.2.1.1 – impedida de licitar e contratar com o Município de Boa Vista-RR, nos termos do artigo 7º, caput, da Lei nº 10.520/2002;

5.2.2 – entidades empresariais que estejam reunidas em consórcios, conforme justificativa acostada no Termo de Referência, ANEXO I do presente Edital;

5.2.3 – com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial, exceto as empresas que estejam em recuperação judicial e desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

5.2.4 – impedidas nos Termos do art. 9º da lei 8.666/93.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	282
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

- 5.2.5 – que se declarar ME/EPP e estiver inclusa em alguma das hipóteses previstas no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações;
- 5.3 – A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.
- 5.4 – Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo à seguinte declaração:
- 5.4.1 – que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 5.4.1.1 – nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- 5.4.1.2 – nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 5.5 – A falsidade das declarações sujeitará o licitante à sanções previstas no artigo 49, caput, do Decreto nº 10.024/19.

6 – DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

- 6.1 – Após a divulgação do edital nos meios eletrônicos, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública.
- 6.1.1 – Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no referido sistema.
- 6.2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3 – No que concerne a participação de microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, as referidas deverão acrescentar à sua firma ou denominação as expressões “Microempresa” ou “Empresa de pequeno porte”, ou suas respectivas abreviações “ME” ou “EPP”, conforme o caso, sendo facultativa a inclusão no objeto da sociedade (art. 72, da Lei Complementar nº. 123/06).
- 6.3.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a DOCUMENTAÇÃO exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, em atendimento ao disposto no art. 43, da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.
- 6.3.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da DOCUMENTAÇÃO, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.3.3 – A não-regularização da DOCUMENTAÇÃO, no prazo previsto no sub anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	283
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

- 6.4 – Somente as Licitantes que apresentaram a proposta de preços e os documentos de habilitação em consonância com o Título 8, poderão apresentar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.
- 6.5 – As Licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.
- 6.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).
- 6.6.1 – Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro(a) participarão da etapa de lances.
- 6.6.2 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.7 – Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO.
- 6.7.1 – A etapa de envio de lances durará 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.7.1.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 6.7.1.2 – Não havendo novos lances, conforme supracitado, a sessão será encerrada automaticamente.
- 6.7.1.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de lances, em prol da consecução do melhor preço, conforme disposto no parágrafo único do artigo 7º, do Decreto 10.024/2019, mediante justificativa.
- 6.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de **1,00 (um real)**.
- 6.9 – Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 6.10 – A LICITANTE SOMENTE PODERÁ OFERECER LANCES INFERIORES, AO ÚLTIMO POR ELE OFERTADO E REGISTRADO NO SISTEMA.
- 6.11 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.12 – No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, e o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.12.1 – Quando a desconexão do sistema para o (a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24(vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.13 – Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14 – Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no §2º do artigo 3º da Lei 8666/93, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
- 6.14.1 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas.
- 6.15 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.16 – Encerrada a etapa de envio de lances, o (a) Pregoeiro(a) encaminhará no sistema a contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.
- 6.17 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	
Fls. _____	284
Proc. 005216	
Rubrica	

- 6.18 – A licitante melhor classificada terá prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do (a) pregoeiro(a) no sistema, para o envio, exclusivamente por meio de funcionalidade disponível no sistema atinente à realização da referida licitação, da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.19 – Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6.19.1 – O (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 6.20 – O preço total que seja superior ao estimado para a contratação, constante do Termo de Referência no Anexo I, não será aceito e adjudicado.
- 6.21 – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 6.22 – O (a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante melhor classificado para enviar documentos complementares à proposta e à habilitação, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2(duas) horas a contar da solicitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta e da inabilitação.
- 6.23 – Se a proposta de preços não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- 6.24 – A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

7 – CREDENCIAMENTO

- 7.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A, provedor do sistema eletrônico, sediadas no país, caso ainda não estejam credenciados.
- 7.2 – As licitantes deverão credenciar os representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no aplicativo “Licitações”.
- 7.3 – O sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de sua investidura.
- 7.4 – A chave de identificação e a senha terão validade por 1 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, provedor do sistema eletrônico, devidamente justificado.
- 7.5 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município e ao Banco do Brasil S/A, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.6 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	285
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

7.7 – O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.8 – O Município não possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para obtenção da chave e senha de acesso, haja vista ser esse procedimento de exclusiva responsabilidade do Banco do Brasil S/A, provedor do sistema eletrônico.

8 – PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 – A proposta de preços e os lances formulados, contemplando o preço global ofertado para cada **LOTE**, bem como os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão.

8.2 – Deverá ser inserido, no campo próprio do sistema eletrônico, o preço global da proposta para cada **LOTE**;

8.3 – A proposta e os lances deverão referir-se à integralidade do **LOTE**.

8.4 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data e horário definidos no edital para abertura da sessão pública.

8.5 – O (a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.5.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).

8.6.1 – Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro(a) participarão da etapa de lances.

8.7 – A licitante melhor classificada terá prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do (a) pregoeiro(a) no sistema, para o envio, exclusivamente por meio de funcionalidade disponível no sistema atinente à realização da referida licitação, da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.7.1 – A planilha de composição de preços deverá ser encaminhada nos termos do item 8.7, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor negociado, observadas as exigências contidas no Termo de Referência (ANEXO I – Edital) e os critérios de exequibilidade nos termos da Lei.

8.8 – Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.8.1 – O (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.9 – A proposta de preços deverá obedecer às seguintes condições:

- a) Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais.
- b) Deverá ser apresentada conforme Anexo VI – Modelo de Planilha/Proposta de Preço em uma via ou em modelo próprio, com identificação da empresa proponente, dados bancários, n.º do CNPJ, endereço e assinada pelo seu representante legal ou credenciado.
- c) Ser apresentada com a mesma marca da proposta eletrônica anexada com a documentação de habilitação da licitante, sob pena de desclassificação.
- d) A proposta de preço deverá ter validade de **60 (sessenta) dias**. A proposta que não apresentar o prazo de validade, será válida por **60 (sessenta) dias**.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	286
Fls.	
Proc. 005216	
Rubrica	

8.10 – O envio da Proposta de Preço pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital; o proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

8.11 – O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.

8.12 – Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo proponente, no ato do envio de sua proposta de preço.

9 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 – O critério de julgamento será o de menor preço por **LOTE**, desde que observadas as especificações e outras condições estabelecidas neste instrumento convocatório e na legislação pertinente.

9.2 – Será desclassificada a proposta que:

- a) não se refira à integralidade do Lote;
- b) apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, conforme disposto nos termos do § 3º do art. 44 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a proposta vencedora possua itens com preços inferiores a 50% do estimado no Termo de Referência, a empresa deverá apresentar documento que comprove a viabilidade do preço ofertado, conforme disposto no art. 48, inciso II, da Lei nº 8666/93.
- c) não cumpra prazos e demais exigências estabelecidas em diligências ou no edital.
- d) não indique a marca do produto ofertado na proposta que vem anexada com a documentação de habilitação da licitante ou acrescente expressões como “referência”, “similar” ou “conforme nossa disponibilidade de estoque”. assim como, as propostas que inclua alternativas de mais de uma marca em um único item ou em todos os itens do lote. Com exceção das licitações de prestações de serviços;
- e) do arrematante que esteja superior ao valor estimado de cada lote, **ademais, o LOTE não deverá possuir itens com valores superiores ao estimado.**

9.3 – Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, caso apresentado.

9.4 – Quando houver necessidade, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará a proposta adequada ao último lance ofertado na etapa de negociação pela arrematante e a planilha de composição de preços, solicitadas nos subitens 8.7 e 8.7.1 deste edital, **à Secretaria Municipal demandante, para análise e parecer quanto a disposição dos preços e custos apresentados**, considerando o atendimento das especificações do objeto, que determinará a aceitabilidade ou a recusa das mesmas, devidamente fundamentada.

9.4.1 – Após manifestação da Secretaria demandante quanto ao disposto no item 9.4, o Pregoeiro prosseguirá para a fase de análise dos documentos de habilitação da empresa ora arrematante. Caso o parecer seja desfavorável o Pregoeiro desclassificará a arrematante e convocará a licitante melhor classificada na disputa dos lances.

9.4.2 – Havendo a convocação da licitante remanescente na fase de preços, o pregoeiro procederá às mesmas condições previstas no item 9.4.

9.5 – O(a) Pregoeiro(a) no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

10 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	287
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

10.1 – Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, junto a proposta de preços, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, sob pena de INABILITAÇÃO.

10.2 – Para habilitação dos licitantes, serão exigidas as seguintes documentações:

10.2.1 – Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de Identidade do(s) sócio(s) da empresa;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as alterações, ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente. Neste último caso quaisquer alterações após a consolidação deverá ser apresentada;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

10.2.2 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de regularidade do Licitante com a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- b) Certidão conjunta de regularidade da fazenda e dívida ativa da União, nos termos da Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014;
- c) Prova de regularidade com o FGTS (conforme Lei 8.036/90);
- d) Certidão Negativa de débitos Trabalhista – CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011;

10.2.3 – Qualificação Técnica:

- a) Deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

10.2.4 – Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, ou Certidão de Recuperação Judicial afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme disposto no **Acórdão 1201/2020-TCU**, expedidas pelo Distribuidor da sede do Licitante dentro do seu prazo de validade. As certidões que não constarem o prazo de validade expressamente, serão consideradas válidas quando o prazo não for superior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua emissão, salvo as exigências constantes no **item 10.6, alínea “c”**.

b) Cópia, retirada do Livro Diário, do Balanço Patrimonial constando o Termo de Abertura e Encerramento e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinadas pelo contador;

b.1) A expressão na forma da lei será igualmente suprida quando o balanço patrimonial e a demonstração de resultado forem apresentados através de publicação em Diário Oficial ou em Jornal de grande circulação.

b.2) As empresas com **menos de 01 (um) ano de exercício social de existência** devem apresentarem o Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado.

b.3) A comprovação de boa situação financeira da licitante será avaliada com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) definidos na IN 02/2010 SLTI/MPOG, em consonância com o disposto no art. 31, § 1º e § 5º da Lei nº 8666/93, conforme aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	
Fls. _____	288
Proc. 005216	
Rubrica	

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

c) Serão inabilitados os proponentes que apresentarem resultado menor do que 01 (um), em qualquer um dos índices obtidos na avaliação da situação financeira, de acordo com o disposto no item 10.2.4, alínea “b” e seus subitens;

10.2.5 – Outros documentos: Deverão ser remetidas todas as declarações constantes no Anexo V deste Edital.

10.2.6 – Declaração de disponibilidade de alvará de funcionamento válido, a fim de que seja resguardada a efetiva execução do objeto licitado. *OBS.: A declaração poderá ser substituída pela apresentação da cópia (devidamente autenticada nos termos do item 10.5) do alvará de funcionamento da sede da licitante.*

10.2.7 – Formulário fornecido pelo órgão licitante contendo todas as informações solicitadas, devidamente preenchidas e assinadas pelo representante legal, conforme modelo constante no **ANEXO IV** deste Edital. Cabe ressaltar que a apresentação do referido formulário não é de cunho obrigatório, porém é de responsabilidade da licitante a prestação das informações no momento da apresentação da proposta de preços, Item 8 do Edital.

10.3 – ALÉM DESTA DOCUMENTAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ ATENDER TODAS AS EXIGÊNCIAS CONFORME DESCRITO NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), DESTA EDITAL, INCLUSIVE A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**.

10.4 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão ser enviadas nos termos do disposto no item 6.1.

10.4.1 – É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.4.2 – O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.5 – *Todos os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou em fotocópias (nos termos do Art. 3º, II da Lei 13.726/2018), bem como os licitantes poderão solicitar à CPL nos dias que antecedem a abertura da sessão a certificação “Confere com original” das documentações apresentadas, reservando-se o direito de, a qualquer momento, exigir os originais para comparação e comprovação de sua autenticidade.*

10.6 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, observando-se ainda o seguinte:

a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para matriz e filiais, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;

c) se o licitante for à matriz e o executor do objeto for à filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for à filial e o executor do objeto for a matriz, observando-se o disposto na alínea “a” deste item, quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	
Fls. _____	289
Proc. 005216	
Rubrica	

d) serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7 – A documentação exigida neste Edital, para Habilitação e Proposta de Preços, não poderá conter rasuras, ressalvas, emendas, borrões e entrelinhas.

10.8 – Documentos que possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão estar válidos até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Já aqueles que não possuírem prazo de validade expressamente serão considerados válidos quando datados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de sua apresentação, exceto:

a) Atestado de Capacidade Técnica que obedece o disposto no § 5º art. 30 da Lei Federal nº 8666/93;

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, cujo o prazo de validade será conforme o descrito no item 10.2.4, alínea “a” deste Título.

10.9 – O não envio de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título INABILITARÁ o proponente.

10.10 – Quando houver necessidade, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará os documentos de habilitação referentes à qualificação técnica à **Secretaria demandante**, para análise e parecer das exigências técnicas dispostas no item 10.2.3 do presente edital e no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

10.10.1 – Após a manifestação da Secretaria, o (a) Pregoeiro (a) fará a conferência das demais documentações e procederá com o julgamento da fase habilitatória.

10.11 – Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

11 – RECURSOS

11.1 – Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 – Havendo quem se manifeste, caberá o(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3 – Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4 – A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5 – Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	290
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

12 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor. Caso não ocorra a interposição de recursos caberá o(a) Pregoeiro(a) adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2 – Após adjudicação, os autos serão encaminhados à Controladoria Geral do Município – CGM para análise dos procedimentos licitatórios. Aprovada a regularidade/legalidade os autos serão encaminhados para homologação da autoridade competente.

13 – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

13.1 – Quanto a fiscalização e o recebimento do objeto da licitação, serão observadas as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo I, do presente edital.

13.2 – Em casos de convênio, a Contratada deverá permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE, e dos Órgãos de Controle Internos e Externos, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do objeto do presente Contrato.

14 – PAGAMENTO

14.1 – Os recursos financeiros correrão sob as rubricas:

Programa de Trabalho nº.:

Natureza de Despesa:

Fonte de Recursos:

Valor Estimado: **R\$ 5.261.851,45 (cinco milhões, duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais, e quarenta e cinco centavos).**

14.2 – Os pagamentos decorrentes da concretização do objeto desta licitação serão efetuados conforme descrito no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

14.3 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

14.5 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

15 – DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA

15.1 – Fica dispensada para o(s) licitante(s) vencedor (es) prestação da garantia para a execução do objeto da presente licitação, conforme disposto no art. 56, § 2º da Lei nº 8.666/93, salvo se exigido pela autoridade competente no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

16 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 – Quanto as sanções administrativas, serão observadas as regras estabelecidas no artigo 49, incisos e parágrafos, do Decreto nº 10.024/2019, bem como as demais constantes no Termo de Referência, anexo I, do presente edital.

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

17.1.1 – Anexo I – Termo de Referência;

17.1.2 – Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços

17.1.3 – Anexo III – Minuta Contratual

17.1.4 – Anexo IV – Informações para Formalização do Contrato;

17.1.5 – Anexo V – Modelos de Declarações





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	
Fls. _____	291
Proc. 005216	
Rubrica	

17.1.6 – Anexo VI – Modelo de Planilha / Proposta de Preço

17.2 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

17.3 – Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

17.4 – A Pregoeira, no interesse da administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e, em especial, na sessão do pregão, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

17.4.1 – Se houver solicitação de documentos em diligências, estes poderão ser apresentados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Boa Vista, localizado à Rua General Penha Brasil, nº. 1011, Bairro São Francisco, Palácio 9 de julho, CEP 69.305- 130.

17.4.2 – O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

17.4.3 – Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a respectiva somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24(vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17.5 – A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

17.6 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado na CPL para conhecimento dos participantes da licitação.

17.7 – Para atender a seus interesses, o Município reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.8 – Qualquer modificação no presente edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.9 – Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos.

17.10 – Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

17.11 – Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Boa Vista – RR, 08 de julho de 2022.

Néria Gardênia Pontes Benício
Pregoeira

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NERIA GARDENIA PONTES BENICIO EM 08/07/2022 17:44:42

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 8629980F7





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	
Fls. _____	292
Proc. 005216	
Rubrica	

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Este Termo de Referência Inicial engloba o conjunto de elementos necessários e suficientes para a caracterização do objeto. O processo deverá obedecer à modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o regime de **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo Menor Preço, conforme disposições contidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este Termo de Referência foi elaborado conforme a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Decreto Municipal nº 113/E, de 19 de novembro de 2014.

3. DO OBJETO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **registro de preços para eventual aquisição de conjuntos de robótica educacional, serviços de apoio pedagógico para educadores e organização de torneios de robótica aos alunos das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista/RR - alunos da Educação Infantil, dos anos iniciais do Ensino Fundamental e do CCTI (Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação)**, conforme descrições expostas no **Anexo I**.

3.2. O objeto se enquadra na classificação de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

4. DAS JUSTIFICATIVAS

4.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio da Gerência de Programas e Projetos Educacional - GPPE, apresenta justificativa para abertura de processo com objeto: Aquisição de Conjuntos de Robótica Educacional, Serviços de Apoio Pedagógico para educadores e organização de torneios de robótica aos alunos das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista/RR - alunos da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e do CCTI (Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação).

4.1.1. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Há várias décadas, diversos tipos de robôs têm sido fabricados e comercializados para aplicações industriais. Contudo, nos últimos anos, a tecnologia robótica está sendo desenvolvida e aplicada para outras finalidades, tornando a área promissora, inclusive na educação.

Assim também, o pensamento computacional e a programação acompanham a evolução tecnológica mundial e oferecem recursos para que, com atividades voltadas para experimentação técnica, os alunos possam conhecer e construir projetos e protótipos a fim de aprimorar o entendimento de conceitos de diversos componentes curriculares basilares do conhecimento.

Os projetos são desenvolvidos a partir de tendências pedagógicas inovadoras como o movimento Maker e o STEAM (do inglês Science, Technology, Engineering, Arts and Math), metodologias que têm como objetivo colocar os alunos como protagonistas no processo ensino-aprendizagem e assim formar cidadãos com múltiplos conhecimentos.

A incorporação de recursos tecnológicos de pensamento computacional, programação e robótica no ambiente escolar vem ao encontro do novo conceito de Educação 5.0 - evolução da Educação 4.0 voltada ao protagonismo social e que estimula a integração da tecnologia com características inerentes aos seres humanos. Esse movimento visa estimular o desenvolvimento de competências





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	293
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

socioemocionais e a ampliação do aprendizado colaborativo para a comunidade escolar e a sociedade de uma forma geral.

A partir de atividades maker, nas quais os alunos planejam e fazem com suas próprias mãos, eles consolidam conhecimentos: criam, inventam, consertam e alteram objetos ao mesmo tempo em que refletem sobre o processo de construção, reconstrução e aplicação, obtendo significados tangíveis sobre o seu aprendizado.

Uma das ideias centrais dessa metodologia é desenvolver conceitos por meio de desafios e da PBL (Aprendizagem Baseado em Projetos, do inglês Problem Based Learning). As atividades envolvidas possibilitam que, por meio da experimentação e da colaboração, os alunos descubram suas potencialidades e busquem a solução de situações-problema, comunicando-se entre si e com o mundo à sua volta.

Dessa forma, os alunos desenvolvem habilidades de negociação e relacionamento, favorecendo o senso de resiliência, importante para a apropriação das competências da Educação 5.0, como autoconfiança, cidadania e desenvolvimento social e emocional.

4.1.2. OBJETIVOS

- a) Assegurar aos alunos oportunidades para o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais ligadas à Educação 5.0;
- b) Contribuir para a universalização do pensamento computacional, programação e robótica com a promoção de espaços diferenciados de inclusão digital para educadores, alunos, famílias e comunidade;
- c) Possibilitar um processo ensino-aprendizagem dinâmico, pautado em metodologias ativas, criatividade, trabalho em equipe, autonomia e formulação de ideais;
- d) Favorecer e estimular o interesse dos alunos pelas áreas relacionadas ao STEAM;
- e) Incentivar a compreensão e disseminação dos conceitos e usos das linguagens de programação;
- f) Estimular a prática de pesquisas entre os alunos, incentivando-os a solucionar problemas vivenciados em suas comunidades, a fim de transformar a realidade local.

4.1.3. SOBRE A METODOLOGIA

A inserção de tecnologias educacionais no processo de produção do conhecimento permite inovar, experienciar e oferecer oportunidades diversificadas para alunos e educadores, propiciando um aprendizado mais interessante e atrativo. Por sua vez, a escola equipada de acordo com as necessidades do mundo atual passa a desafiar, estimular e falar a linguagem dos alunos, contribuindo para que desenvolvam habilidades e competências essenciais para atuação cidadã na era da inovação digital, expandindo horizontes e ampliando possibilidades.

A partir da perspectiva de preparar os alunos para viver e atuar na sociedade, torna-se essencial avançar para uma nova perspectiva de ensino e aprendizagem, na qual o aluno é agente ativo do processo educacional. Para isso, é necessário:

- a) criar oportunidades para resolução de situações-problema;
- b) possibilitar o acesso à ciência, à cultura, à arte e à tecnologia; e
- c) favorecer espaços para o desenvolvimento da autonomia e da responsabilidade.

Tornar o aluno protagonista e autônomo na própria aprendizagem deve ser o norte de qualquer proposta que envolva inovação e tecnologia. Dessa maneira, o aprender fica mais prazeroso e global, e ele pode se reconhecer de forma integral durante o processo:

Uma educação que empodera é aquela que constrói os recursos humanos de que precisamos para sermos produtivos, para continuar a aprender, para solucionar problemas, para sermos criativos e para vivermos juntos e com a natureza em paz e harmonia. Quando as nações asseguram que uma educação desse tipo está acessível a todos ao longo de suas vidas, põem em marcha uma revolução





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	294
Fls.	
Proc. 005216	
Rubrica	

silenciosa: a educação se converte no motor do desenvolvimento sustentável e na chave para um mundo melhor (POWER, 2015).

4.1.4. SOBRE O PROJETO

Com o objetivo de transformar os espaços educacionais em ambientes condizentes com a Educação 5.0, o Projeto Robótica e Pensamento Computacional visa oportunizar acesso igualitário aos alunos das unidades escolares de Boa Vista - alunos da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e do CCTI (Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação) - por meio da disponibilização de Conjuntos de Robótica Educacional, Serviços de Apoio Pedagógico para educadores e organização de torneios de robótica.

Ademais, o projeto para o CCTI promove o atendimento a 24 equipes, formadas por aproximadamente 192 alunos do município de Boa Vista.

4.1.4.1. SOBRE OS CONJUNTOS DE ROBÓTICA EDUCACIONAL

A utilização de conjuntos de robótica na aprendizagem está pautada em um processo ensino-aprendizagem criativo, no qual os alunos tendem a resolver problemas e a testar as suas ideias.

Nessa dinâmica de reflexão e experimentação, o diálogo, a colaboração entre os pares e a distribuição de tarefas são fundamentais e contribuem com a formação integral e plena do estudante.

Cada conjunto de robótica é indicado para utilização por grupos de 3 (três) a 10 (dez) alunos; dessa maneira, assegura-se a realização de atividades colaborativas, favorecendo o desenvolvimento de diversas habilidades e competências exigidas pela sociedade 5.0 e apontadas pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular).

É importante ressaltar que, com a organização de um cronograma de uso em sistema de rodízio, um único conjunto pode atender várias turmas da instituição por período.

4.1.4.2. SERVIÇOS PEDAGÓGICOS

Para que a implementação do projeto obtenha resultados positivos, é fundamental que os educadores sejam assessorados pedagogicamente por especialistas em robótica e programação.

Resultados positivos nos projetos do pensamento computacional e robótica dependem em grande parte do conhecimento que os educadores têm de todas as possibilidades de uso e implementação de tecnologia educacional. Dessa forma, um programa de formação é essencial para que os docentes não somente adquiram o domínio dos recursos tecnológicos, mas, principalmente, tenham condições de utilizá-los eficientemente no seu dia a dia, com liberdade, criatividade e atrelando-os à sua prática pedagógica.

Uma formação de educadores pautada nas metodologias ativas de aprendizagem, com atividades práticas e foco em problemas reais, contribui de forma relevante para a reflexão e aprimoramento da prática dos profissionais de educação.

Da mesma maneira, atividades de acompanhamento pedagógico e serviços de orientação técnica, presenciais, contribuem significativamente para elaboração de planejamento, debate e consolidação de uma cultura de práticas inovadoras.

4.1.4.3. SOBRE TORNEIOS E EQUIPES

A robótica pode influenciar positivamente e facilitar a inclusão, não apenas a digital ou tecnológica, mas também a inclusão social. Uma vez que o aprendizado evolui com base na experimentação, trabalho em equipe e na motivação para resolver problemas, os alunos tendem a se integrar de maneira efetiva à sua comunidade escolar e à sociedade como um todo.

Com uma proposta de buscar soluções por meio de desafios, os torneios de robótica ganham grande





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	295
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

destaque no âmbito educacional. Nas competições, os participantes têm como missão desenvolver projetos de pesquisa e programação que envolvem situações reais. Assim, os alunos têm oportunidades de desenvolver habilidades como organização, comunicação, criatividade, relação interpessoal e, inclusive, intercultural, pois os torneios podem ser regionais, nacionais ou internacionais.

Dessa forma, acredita-se que a implementação de um torneio, no âmbito da Rede Municipal de ensino, favorece a organização de novas equipes e seguramente promove a prática de pesquisa científica, o debate sobre problemas sociais, o desenvolvimento tecnológico e a transformação da cultura e da comunidade escolar.

“Desde 2016, a robótica é desenvolvida no CCTI e, em 2018, ela foi inserida no dia a dia dos alunos das escolas municipais. A implantação de mais esta ferramenta de ensino em sala de aula veio transformar o cotidiano dos alunos de Boa Vista”.

Conquistas:

- **2016** – Programa de Lançamento de Robótica no CCTI; Realização do 1º Torneio Municipal de Robótica.
- **2017** – Realização do 2º Torneio Municipal de Robótica; 1ª participação na etapa estadual da OBR – Modalidade Teórica e Prática (1ª classificação na etapa nacional – Modalidade Prática); 1ª participação na etapa Regional do Torneio FLL Prêmio “Contra Todas as Adversidades”; 1ª participação na etapa Nacional da OBR – Modalidade Prática (Ouro Estadual).
- **2018** – 2ª participação na etapa estadual da OBR – Modalidade Teórica e Prática; 2ª participação no Torneio FLL – Etapa Regional. (Classificação como melhor equipe da competição e 1ª classificação para Etapa Nacional).
- **2019** – 1ª participação na etapa nacional no Torneio FLL; 3ª Participação na OBR - Modalidade Teórica e Prática (Premiação da OBR Modalidade Teórica: 1 Medalha de Prata e 1 de Honra ao Mérito).
- **2020** – 3ª participação na etapa regional do Torneio FLL (classificação entre as cinco melhores equipes, com ênfase em Projeto de Pesquisa e 2º classificação para Etapa Nacional no Torneio FLL); 2ª participação na etapa nacional do Torneio FLL (3ª colocada na categoria Core Values e 1ª Classificação para etapa Internacional); 4ª participação na etapa regional e nacional da OBR (Regional: 1ª colocada Nacional: 2ª colocada).”²

Assim, a proposta do projeto prima pela expansão, continuidade dos trabalhos já desenvolvidos e pelo princípio da padronização na área tecnológica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC - Boa Vista/RR. O detalhamento das especificações técnicas de cada conjunto e serviços pedagógicos estão descritos no **Anexo I** deste Termo de Referência.

4.1.5. DA DEFESA DA MARCA

Prezando pelo sucesso do projeto, no que se refere a qualidade das aulas e resultados educacionais para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista/RR, indica-se a adoção de produtos similares, de melhor qualidade ou igual ao especificado no **Anexo I**.

- A Rede Municipal de Ensino de Boa Vista/RR tem experiências educacionais exitosas com a utilização de conjuntos STEAM e de robótica educacional da marca LEGO® Education. Com implantação no dia a dia dos alunos das escolas municipais vem transformando, desde 2016, o cotidiano dos alunos e professores da rede.
- Equipes de robótica educacional do CCTI já participaram e obtiveram diversas conquistas em competições e torneios com a utilização de conjuntos da marca LEGO® Education.
- Com experiência comprovada e mundialmente reconhecida, há mais de 40 anos a LEGO® Education desenvolve conjuntos de montagens voltados para o processo ensino-aprendizagem.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	296
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

- Por sua modularidade, os conjuntos LEGO® Education, permitem a criação de diferentes formas, o que favorece o desenvolvimento da criatividade e facilita a construção de protótipos e a experimentação.
- A produção das peças LEGO® é totalmente automatizada o que garante a precisão nanométrica. Produzido em plástico acrilonitrilo-butadieno-estireno (ABS), possibilita durabilidade do produto de forma que, mesmo após anos de utilização a cor, brilho e encaixe entre as peças permaneçam com a mesma precisão e pressão de quando foram fabricados, garantindo alta durabilidade.
- Os materiais produzidos pela LEGO® possuem certificação do INMETRO, ou seja, passam por diversos testes para garantir que sejam resistentes e seguros para o público-alvo, e se adequam plenamente às normas impostas pelo órgão regulatório.
- O Grupo LEGO® segue processos sustentáveis de produção, é certificado com a ISO 14001:15 (padrão internacional usado para navegar no impacto ambiental e nas inovações). Também é parceiro do *World Wildlife Fund for Nature* (WWF), como parte dos esforços para reduzir as emissões de CO₂ nas operações de manufatura e cadeia de suprimentos, além de promover ações globais em prol da preservação climática. Por meio de investimentos em energia eólica, a energia usada para fabricar as peças é equilibrada pela produção de energia renovável.
- A aplicação de aulas com os conjuntos LEGO® Education não demandam conhecimentos avançados de eletrônica, nem utilização de outras ferramentas que podem colocar em risco a segurança dos alunos se utilizadas de forma incorreta.
- Os conjuntos LEGO® Education promovem experiências lúdicas de aprendizagem que se adequam plenamente às competências e habilidades descritas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para todos os níveis de ensino.
- A LEGO® Education possui uma rede de compartilhamento de projetos e planos de aulas, o que permite a constante atualização das práticas educativas escolares.
- A LEGO® Education possui parceria com diversas universidades, dessa forma, os usuários de LEGO® têm à disposição um material desenvolvido por estudiosos especializados das mais renomadas universidades de diferentes lugares do mundo.
- Em 1989 o Prof. Dr. Seymour Papert do Massachusetts Institute of Technology (MIT), matemático e educador sul-africano vanguardista no ensino de tecnologias na educação, responsável por cunhar o termo construcionismo, tornou-se o profissional responsável pela pesquisa de aprendizagem utilizando a linha LEGO®.
- Possibilita conexões com outros recursos, como sucata, materiais concretos, criativos e alternativos, e outros conjuntos de robótica como: Arduíno, BBC micro:bit, Makey, entre outros, de forma que, a partir dos conhecimentos adquiridos com o LEGO®, os alunos desenvolvam autonomia para novas criações e funcionalidades relacionadas à robótica.
- Os conjuntos da LEGO® Education viabilizam a participação dos alunos em eventos técnicos-científicos, torneios e competições em âmbito regional, nacional e internacional. Favorecendo, portanto, a continuidade dos projetos desenvolvidos pela Rede Municipal de Ensino de Boa Vista/RR.

4.2 DA JUSTIFICATIVA SIMPLIFICADA PARA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIO

Considerando que a formação de consórcios somente é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de grande vulto, nas quais empresas isoladamente não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação, especialmente quanto as qualificações técnicas e econômico-financeiras, e, considerando, ainda, que a competitividade do certame não será afetada, recomenda-se que na presente licitação seja **vedada** a participação de Pessoa Jurídica em regime de consórcio, tendo em vista que a **eventual aquisição** em tela não se caracterizar como contratação de grande vulto, de modo que únicas empresas poderão preencher os requisitos de





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	
Fls. _____	297
Proc. 005216	
Rubrica	

habilitação jurídica, técnica e operacional.

4.3. DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DA LEI 123/06

A redação do novel art. 47, da Lei Complementar nº 123/06 estabelece um dever de prioridade, ou seja, nos certames públicos deflagrados há de se dar preferência à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, independentemente de qualquer legislação específica editada pelo ente licitante. Contudo, a eventual aplicação da cota reservada disposta nos arts. 47 e 48 da LC 123/2006 não se mostra vantajosa para a pretensa aquisição, tendo em vista a necessidade de distribuição dos materiais e serviços a serem prestados à rede municipal de ensino de forma padronizada, remetendo a homogeneidade dos materiais a serem adquiridos no que tange a sua padronização, qualidade e características utilizados na fabricação e/ou confecção dos materiais e/ou na prestação dos serviços especificados no **Anexo I** do Termo de Referência. A realização da cota, neste caso, ensejaria a contratação de diversos fornecedores diferentes para a obtenção do mesmo produto, podendo ocasionar o fornecimento de forma heterogênea, o que restaria prejudicada a padronização almejada. Por isso, justificamos com base no art. 49 da LC 123/2006 a não realização da cota reservada, sem que isso restrinja a competitividade e os benefícios da referida lei às microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4. DA JUSTIFICATIVA PELO AGRUPAMENTO

A Súmula n. 247 do Tribunal de Contas da União – TCU dispõe, que nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia em escala, é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Caso a pretensa aquisição ocorra por item, haverá inúmeros transtornos e prejuízos à Administração, principalmente pela possibilidade de várias licitantes arrematarem os itens, gerando inúmeros contratos administrativos, alguns provavelmente com valores ínfimos, acarretando o dispêndio de recursos financeiros e humanos, incompatíveis com a economicidade e eficiência, e provocando a gestão de diversos contratos com diversos fornecedores.

Os objetos descritos no **Anexo I** são compatíveis entre si e da mesma natureza, o que viabiliza maior possibilidade de obtenção de menor preço se agrupados em lote. Essa união baseia-se na compatibilidade e proximidade dos itens, além do baixo valor unitário, visto que se destinam a um fim similar e, separados, possuem baixo valor.

Além disso, a adjudicação por item causaria a perda de economia em escala, tendo em vista que quanto maior forem os itens da mesma natureza licitados em conjunto, maior será suas quantidades e possibilidade de desconto por parte do licitante arrematante.

Assim sendo, resta justificada a vantajosidade e economicidade do agrupamento do objeto da licitação, sem que isso signifique a restrição da competitividade, tendo em vista que os licitantes pertencentes ao ramo de atividade afim do objeto almejado poderão participar do certame, oferecendo lances, o que vai ao encontro dos Princípios Norteadores das Licitações Públicas.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, nos termos dos artigos 27 a 33 da Lei nº. 8.666/93, exclusivamente, documentação relativa a:

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA;

5.1.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;

5.1.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	298
Fls.	
Proc. 005216	
Rubrica	

5.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, consistente em:

5.1.4.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante dispõe de aptidão para a execução do contrato com características e quantidades compatíveis com o objeto da licitação, conforme preceitua o art. 30, inciso II, § 1º e 3º da Lei nº 8666/93.

5.1.4.2. O atestado ou certidão de que trata o **item 5.1.4.1.** deverá ser apresentado em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ da pessoa jurídica, contendo a identificação do signatário, cargo, nome e telefones ou qualquer outro meio que permita contato para eventuais diligências que se fizerem necessárias.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O licitante vencedor deverá, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, após a convocação, assinar a Ata de Registro de Preços.

6.1.1. O prazo estabelecido no **item 6.1.** poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Órgão Gerenciador.

6.2. É facultado ao Órgão Gerenciador, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo consignado no **item 6.1.**, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.3. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, inclusive as dispostas no **item 16.**

6.4. A vigência da Ata de Registro de Preços será **de 12 (doze) meses**, a contar da sua assinatura.

6.5. Os Contratos oriundos da Ata de Registro de Preço deverão ser assinados dentro do prazo de sua respectiva validade.

6.6. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 113/E, até o limite adicional de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados para utilização do órgão gerenciador e participantes, independentemente do número dos órgãos participantes.

6.7. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços oriunda do presente processo não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

6.8. O Decreto Municipal nº 113/E de 19 de novembro de 2014 deverá ser aplicado em toda e qualquer situação que envolva o Registro de Preço do presente objeto e sua respectiva ata.

7. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1. A vigência do Contrato será de **12 (doze) meses** a contar da assinatura do contrato;

7.2. A fornecedora deverá assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de **05 (três) dias úteis**, a contar da data da convocação, sob a pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n. 8.666/93;

7.2.1. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado e devidamente justificado pela parte interessada e aceito pela Administração;

7.3. O contrato deverá ser publicado, por meio de extrato no Diário Oficial do Município, nos termos do parágrafo único, do art. 61 da Lei Federal n. 8.666/93;

7.4. Dos Serviços:

7.4.1. Após assinatura do Contrato, os serviços deverão ser realizados conforme demanda, mediante solicitação (ordem de serviço) do setor responsável da SMEC.

7.4.2. Os serviços serão realizados em rigorosa observância ao Termo de Referência e na ordem de





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	299
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

serviço, bem como em estrita obediência às prescrições e exigências observando as demais normas pertinentes a cada serviço.

7.4.3. A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com os projetos e respectivos detalhes, e demais documentos técnicos fornecidos, bem como pelos danos decorrentes da realização dos citados serviços.

7.5. Da Entrega dos Conjuntos de Robótica:

7.5.1. O prazo para entrega do material será de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Entrega pela Contratada;

7.5.2. A Contratada entregará à Contratante os materiais de forma parcelada ou em parcela única, conforme a necessidade da Administração e de acordo com a quantidade estipulada na Ordem de Entrega, que será emitida após o empenho da despesa;

7.5.3. Serão devolvidos os materiais que estiverem abaixo do padrão estabelecido na proposta ou que apresentarem qualquer deterioração na qualidade, em razão de quaisquer fatores.

7.5.4. Os materiais deverão ser entregues no Depósito da SMEC, localizado na Rua Pacaraima, nº. 361 - Bairro São Vicente, nesta cidade, devidamente acordado com a Contratada e em conformidade com o estabelecido neste instrumento.

7.5.5. A rota de entrega será de responsabilidade exclusiva da contratante, que desde logo assume todos os encargos decorrentes do traslado, sem qualquer responsabilidade e/ou ônus à Contratante.

7.5.6. A entrega deverá ser realizada nos dias úteis compreendidos de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min das 14h00min às 18h00min

7.5.7. A entrega, excepcionalmente, poderá ocorrer aos finais de semana, feriados e nos dias em que não houver expediente na Administração Municipal, desde expressamente autorizado pela Contratante.

7.5.8. A Contratada deverá acordar com a Contratante a realização da entrega, dentro do prazo previsto contratualmente, informando o dia, horário e qual transportadora entregará os materiais, quando for o caso.

7.6. Os objetos a serem adquiridos serão recebidos e aceitos da seguinte forma:

7.6.1. Provisoriamente, no ato da entrega.

7.6.2. Definitivamente, no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, mediante atesto na (s) Nota (s) Fiscal (ais), após a verificação da qualidade e quantidade do material, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, o que não exime o fornecedor de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente.

7.6.2.1. A verificação da qualidade e quantidade do objeto, mencionada no **item 7.6.2.**, deverá constar em termo circunstanciado, elaborado pelos Fiscais do Contrato ou outro servidor excepcionalmente designado pela Contratante.

7.6.2.2. Na hipótese da verificação a que se refere o **item 7.6.2.** não ser procedida dentro do prazo consignado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia seguinte ao do esgotamento do prazo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo, ainda que na forma do **item 7.6.2.**, não exclui e/ou reduz a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.8. A embalagem deverá oferecer completa proteção ao material em função das condições de armazenamento, acesso, movimentação e manuseio do produto, desde as dependências da Contratada até a descarga no local indicado no **item 7.5.4.**

7.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **45 (quarenta e cinco) dias**, a contar do recebimento da Notificação pela Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem qualquer ônus para a Contratante;

7.10. A rotulagem deverá conter obrigatoriamente todas as informações legais, salientando que a





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	300
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

ausência de qualquer informação poderá acarretar a rejeição e devolução do produto, devendo a Contratada realizar a imediata substituição;

7.11. O descumprimento, total ou parcial, das condições de entrega dos objetos solicitados através da Ordem de Entrega poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades administrativas previstas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato Administrativo, bem como das reparações pertinentes previstas nas leis vigentes, à luz das peculiaridades do caso concreto.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações da Contratante:

8.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de comissão ou servidor especialmente designado (Fiscais do Contrato), verificando minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.2. Notificar à Contratada, por escrito, toda e qualquer imperfeição, falha ou irregularidade verificada no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.3. Exigir a qualquer tempo da Contratada os documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato, bem como todas as qualificações que ensejaram sua habilitação;

8.1.4. Designar representantes para gestão e fiscalização do contrato nos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93;

8.1.5. Receber o objeto do contrato através do setor responsável por seu acompanhamento ou fiscalização, em conformidade com o art. 73 da Lei Federal n. 8.666/93;

8.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada em conformidade com o disposto o **item 13**;

8.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ação ou omissão da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo, bem como no Edital e seus anexos, assim como em sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução contratual e, ainda;

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, na qual deverão constar as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia de no mínimo 90 (noventa) dias;

9.1.2. Prestar os serviços conforme as especificações contidas neste Termo, e anexos, assumindo inclusive a responsabilidade integral pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

9.1.3. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos serviços referentes às atividades de formação de educadores para utilização pedagógica dos materiais a serem adquiridos, bem como na prestação de apoio para realização de uma edição de torneio de robótica, conforme especificado no Anexo I;

9.1.4. Disponibilizar profissionais técnico-pedagógicos para atendimento presencial, nas unidades escolares, conforme demanda;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos materiais pedagógicos a serem adquiridos, de acordo com os arts. 12, 13, 17 e 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90);

9.1.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no **subitem 7.9**, o objeto com avarias e/ou defeitos;





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	301
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

- 9.1.7.** Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de **48 (quarenta e oito) horas** que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.8.** Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.9.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, fornecendo o nome completo, telefone e e-mail do indicado;
- 9.1.10.** Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, visando ao fiel cumprimento do contrato;
- 9.1.11.** Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, ao executar os serviços, em razão de ação ou omissão da CONTRATADA ou de quem em seu lugar agir;
- 9.1.12.** Garantir a qualidade dos materiais;
- 9.1.13.** Assinar o Termo de Contrato, ou outro instrumento equivalente, no **prazo de 05 (três) dias úteis**, a contar da data da convocação;
- 9.1.14.** Cumprir o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988, no caso de empregar menores de dezoito anos;
- 9.1.15.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 9.1.16.** Emitir nota fiscal ou recibo em nome do Município de Boa Vista/Prefeitura Municipal, CNPJ nº 05.943.030/0001-55, conforme Decreto Municipal nº 129/E, de 22 de julho de 2009; e
- 9.1.17.** Todos os materiais entregues deverão estar de acordo com as normas técnicas determinadas pelos Órgãos Oficiais, competentes, pelo INMETRO ou ainda por outra entidade competente.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1.** O Gestor do Contrato é o responsável pelo gerenciamento do contrato, planejamento dos pedidos, coordenação da execução contratual, comunicação com a Contratada e elaboração das tratativas administrativas necessárias a fiel execução do objeto contratual;
- 10.1.1.** O Gestor do Contrato será nomeado dentre os servidores da Contratante, por meio de Portaria, após a formalização do Contrato Administrativo;
- 10.1.2.** O Gestor do Contrato deverá auxiliar e orientar a Fiscalização do Contrato sempre que necessário, visando a perfeita execução contratual;
- 10.2.** Os Fiscais do Contrato são responsáveis pela fiscalização da execução contratual;
- 10.2.1.** Os Fiscais do Contrato serão nomeados dentre os servidores da Contratante, por meio de Portaria, após a formalização do Contrato;
- 10.2.2.** Os Fiscais do Contrato poderão ser nomeados individualmente por, a depender da complexidade do objeto, em comissão com no mínimo três servidores;
- 10.2.3.** Os Fiscais do Contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, determinando, quando necessário, à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 10.2.4.** Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando também, corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos (art. 70, da Lei Federal n. 8.666/93);
- 10.3.** Para a Gestão e Fiscalização do Contrato deverá ser observada a **Orientação Técnica CGM nº 5/2016**, publicada no D.O.M. 4106 de 22 de fevereiro de 2016, ou qualquer outra que venha a substituí-la, sem prejuízo da aplicação das normas vigentes sobre o assunto.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	
Fls. _____	302
Proc. 005216	
Rubrica	

11. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

11.1. O orçamento estimado para a eventual aquisição almejada totaliza o importe de **R\$ 5.261.851,45 (cinco milhões, duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais, e quarenta e cinco centavos)**, inclusos taxas e impostos pertinentes, para contratação obedecendo aos quantitativos e especificações constantes no **Anexo I**.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos orçamentários para atender à despesa a ser contratada serão informados no momento da formalização do contrato, conforme dispõe o art. 15, caput, do Decreto Municipal nº 113/E de 19 de novembro de 2014.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças – SEPF, até 30º (trigésimo) dia do mês subsequente à efetiva entrega dos materiais, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/Fatura), em vias devidamente atestadas, após a análise e manifestação da Controladoria Geral do Município – CGM;

13.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93;

13.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos documentos pertinentes à contratação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente por parte da Contratada, decorrente de inadimplência ou penalidade imposta, o pagamento ficará sobrestado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras;

13.3.1. Nas hipóteses previstas no **subitem 13.3.**, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação por parte da Contratada, não acarretando ônus à Contratante.

14. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários no quantitativo de fornecimento não ultrapassarão o montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato como dispõe o art. 65, § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93;

14.2. O prazo contratual poderá ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, de acordo com o interesse e a necessidade da Administração, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93;

14.3. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da publicação do contrato;

14.3.1. Dentro da vigência contratual e mediante solicitação da Contratada, os preços poderão ser reajustados, após um ano da publicação do contrato, aplicando-se o **Índice de Pesquisa Ampla ao Consumidor - IPCA**, pela sua variação acumulada nos último 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

14.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

14.3.3. No caso de o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

14.3.3.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo; e

14.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA DO CONTRATO

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rj.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NERIA GARDENIA PONTES BENICIO EM 08/07/2022 17:44:42

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 8629980F7





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	303
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, assim como que sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, devendo a Contratante anuir expressamente com a continuidade do contrato.

16. DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

16.1. O contrato poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, atendidas a conveniência da Contratante, de forma imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, recebendo a Contratada o valor correspondente ao objeto entregue.

16.2. Comete infração administrativa a Contratada que:

16.2.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.2.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.2.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.2.4. Comportar-se de modo inidôneo;

16.2.5. Cometer fraude fiscal;

16.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá aplicar as seguintes sanções:

16.3.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos à Contratante;

16.3.2. Multa Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor inadimplido (art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93);

16.3.3. Multa Compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto (art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93);

16.3.3.1. Na hipótese de inexecução parcial, a multa compensatória será aplicada, no mesmo percentual do **subitem 16.3.3.**, de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.3.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública Municipal opera e atua concretamente, pelo prazo de até **02 (dois) anos**;

16.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando a Contratada ressarcir integralmente à Contratante pelos prejuízos causados;

16.4. As multas previstas poderão ser aplicadas separadamente ou cumulativamente, à critério da Contratante, que poderá, ainda, descontar os respectivos valores dos pagamentos a serem efetuados;

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, inciso III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, com dolo, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. Tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente a Lei Federal nº 9.784/99;

16.7. As multas devidas ou os prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente;





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	304
Fls.	
Proc. 005216	
Rubrica	

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante ou Contratada, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme dispõe o art. 419 do Código Civil;

16.9. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

16.10. Da aplicação das penalidades caberá recurso no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Notificação; e

16.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. A licitante quando da apresentação de documentação de habilitação deverá informar qual o endereço eletrônico será utilizado para trocas de correspondências, comunicados, termos contratuais, empenhos e demais atos pertinentes a fiel execução do objeto contratado;

17.2. O contrato deverá ser publicado, por meio de extrato no Diário Oficial do Município, nos termos do parágrafo único, do art. 61 da Lei Federal n. 8.666/93; e

17.3. Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quando da execução do contrato serão resolvidas entre as partes contratantes por meio de procedimentos administrativos.

Boa Vista, 21 de junho de 2022.

ELABORAÇÃO CENTRAL DE COMPRAS – CPL:

ASSINATURA DIGITAL

Francisco Jhonattan dos Santos Timóteo
Assistente Administrativo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC:

Requisitado por:

ASSINATURA DIGITAL

Cecília Brito Castanheira Coutinho
Gerente de Programas e Projetos Educacionais

Autorizado por:

ASSINATURA DIGITAL

Maria Consuelo Sales Silva
Secretária Municipal de Educação e Cultura





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	305
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

ANEXO I

DESCRIÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DE CUSTO DO OBJETO

LOTE I - DESCRITIVO DOS CONJUNTOS STEAM E DE ROBÓTICA EDUCACIONAL

ID	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. MÉDIO (RS)	VALOR TOTAL MÉDIO (RS)
1	Conjunto educacional destinado a atividades STEAM para Educação Infantil, que favorece a criatividade, coordenação motora fina, experimentos com tubos e circuitos, investigação de causa e efeito, probabilidade e resolução de problemas. Referência: LEGO® Education cod. 9076 – CONJUNTO EXPERIMENTOS COM TUBOS Cada conjunto contempla: I. 147 (cento e quarenta e sete) peças grandes de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças compreendem: blocos estruturais, tubos, bolas, personagens e outros; II. cartões com sugestões de montagens; III. caixa de armazenamento com tampa, fabricada em plástico rígido. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de 8 (oito) alunos.	conjunto	30	RS 4.308,25	RS 129.247,50
2	Conjunto educacional destinado a atividades STEAM para Educação Infantil, que estimula a construção livre de protótipos e ambientes variados e favorece o desenvolvimento da coordenação motora fina. Referência: LEGO® Education cod. 9090 CONJUNTO GRANDE DE BLOCOS LEGO DUPLO Cada conjunto contempla: I. 562 (quinhentas e sessenta e duas) peças grandes de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças compreendem: placas, blocos estruturais, rodas, ganchos, personagens e outros; II. cartões com sugestões de montagens. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de 8 (oito) alunos.	conjunto	50	RS 7.766,84	RS 388.342,00
3	Conjunto educacional destinado a atividades STEAM para Educação Infantil, que estimula a construção de protótipos e ambientes lúdicos e favorece o desenvolvimento da coordenação motora fina, investigação de causa e efeito, resolução de problemas e experimentação. Referência: LEGO® Education cod. 45024 - CONJUNTO STEAM PARK Cada conjunto contempla: I. 295 (duzentas e noventa e cinco) peças grandes de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças compreendem: placas, blocos estruturais, rampas, trilhos, gangorras, engrenagens, rodas, hélices, personagens, animais e outros; II. cartões com sugestões de montagens. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de 6 (seis) alunos.	conjunto	60	RS 5.097,31	RS 305.838,60
4	Conjunto STEAM destinado à participação na competição FIRST® LEGO® League Explore - programa internacional voltado para crianças de 3 a 6 anos, realizada em parceria da FIRST® com o Grupo LEGO® - desenvolvido para despertar o interesse dos alunos em temas como Ciências, Matemática e Tecnologia dentro do ambiente escolar, inspirando e desafiando crianças e jovens a pensarem como cientistas e engenheiros. Referência: LEGO® Education cod. 45815 -CONJUNTO	conjunto	50	RS 809,08	RS 40.454,00

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rj.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NERIA GARDENIA PONTES BENICIO EM 08/07/2022 17:44:42

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 8629980F7





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	306
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

	FIRST® LEGO League Play Makers – Discover Set Cada conjunto contempla: I. 76 (setenta e seis) peças grandes de encaixar, com temática de esportes, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças compreendem: placas, blocos estruturais, tubos, personagens e outros para montagem de protótipos relacionados ao tema Esportes (temporada Play Makers); II. acesso digital a 10 (dez) atividades com orientações para professores e alunos. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de 4 (quatro) alunos.				
5	Conjunto de robótica educacional destinado a atividades STEAM para alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os elementos que compõem o conjunto permitem a combinação de peças de montagem, hardware e software intuitivo, possibilitando a realização de experiências de prototipagem e programação computacional. Referência: LEGO® Education cod. 45345–CONJUNTO SPIKEES SENTIAL Cada conjunto contempla: I. 449 (quatrocentas e quarenta e nove) peças de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças de montagem compreendem: placas, blocos e vigas estruturais, alavancas, eixos, rodas, personagens, animais, plantas e outros; II. peças eletrônicas como: sensor de cor, motores, LEDs RGB programáveis individualmente; III. placa programável, com entradas/saídas, conectividade Bluetooth e por cabo USB, giroscópio de seis eixos e bateria carregável; IV. caixa de armazenamento com tampa, fabricada em plástico rígido; V. ambiente online de programação, com linguagem baseada em ícones e blocos; VI. tutoriais digitais com instruções para construção de robôs e dicas de programação; VII. cartões com sugestões de montagens; VIII. material digital, com sugestões de planos de aula para o professor e propostas para resolução de situações problema. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de até 3 (três) alunos.	conjunto	200	R\$ 8.636,43	R\$ 1.727.286,00
6	Conjunto de robótica educacional destinado à participação na competição FIRST® LEGO® League Explore, - programa internacional voltado para alunos de 6 a 10 anos, realizada em parceria da FIRST® com o Grupo LEGO® - desenvolvido para despertar o interesse dos alunos em temas como Ciências, Matemática e Tecnologia dentro do ambiente escolar, inspirando e desafiando crianças e jovens a pensarem como cientistas e engenheiros. Referência: LEGO® Education cod. 45814 – CONJUNTO FIRST® LEGO® LEAGUE EXPLORE PLAY MAKERS Cada conjunto contempla: I. 779 (setecentas e setenta e nove) peças de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças de montagem compreendem: placas, blocos e personagens para montagem de protótipos relacionados ao tema Movimento e Esportes (temporada Play Makers); II. acesso digital a 10 (dez) atividades com orientações para professores e alunos. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de até 6 (seis) alunos.	conjunto	65	R\$ 895,00	R\$ 58.175,00
7	Conjunto de robótica educacional destinado a atividades STEAM para alunos do CCTI - Anos Finais do Ensino Fundamental. Os elementos que compõem o conjunto permitem	conjunto	12	R\$ 9.884,00	R\$ 118.608,00

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rj.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NERIA GARDENIA PONTES BENICIO EM 08/07/2022 17:44:42

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 8629980F7





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	307
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

	<p>a combinação de elementos de construção, hardware e software intuitivo, possibilitando que os alunos realizem prototipagem experiências de programação computacional. Referência: LEGO® Education cod. 45678 – CONJUNTO SPIKE PRIME Cada conjunto contempla: I. 528 (quinhentas e vinte e oito) peças de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças de montagem compreendem: placas, blocos e vigas estruturais, alavancas, esfera, polias, engrenagens, roldana, eixos, rodas, personagens e outros; II. peças eletrônicas como: sensor de cor, sensor de distância, sensor de força, motores, LEDs programáveis individualmente; III. placa programável, com seis entradas/saídas, conectividade Bluetooth e por cabo USB, alto-falante, giroscópio de seis eixos e bateria carregável; IV. caixa de armazenamento com tampa, fabricada em plástico rígido; V. ambiente online de programação, com linguagem baseada em blocos e Python; VI. tutoriais digitais com instruções para construção de robôs e dicas de programação; VII. cartões com sugestões de montagens; VIII. material digital, com sugestões de planos de aula para o professor e propostas para resolução de situações-problema. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de até 3 (três) alunos.</p>				
8	<p>Conjunto de robótica educacional destinado às atividades STEAM para alunos do CCTI - Anos Finais do Ensino Fundamental. Este conjunto contempla peças adicionais para o desenvolvimento criativo de atividades com o conjunto SPIKE PRIME. Referência: LEGO® Education cod. 45680 – CONJUNTO SPIKE PRIME ADICIONAL Cada conjunto contempla: I. 603 (seiscentas e três) peças de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças de montagem compreendem: placas, blocos e vigas estruturais, engrenagens, roldana, rodas e outros. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de até 3 (três) alunos.</p>	conjunto	12	RS 2.973,30	RS 35.679,60
9	<p>Conjunto de robótica educacional destinado à participação na competição FIRST® LEGO® League Challenge, - programa internacional voltado para alunos de 9 a 16 anos, realizada em parceria da FIRST® com o Grupo LEGO® - desenvolvido para despertar o interesse dos alunos em temas como Ciências, Matemática e Tecnologia dentro do ambiente escolar, inspirando e desafiando crianças e jovens a pensarem como cientistas e engenheiros. Referência: LEGO® Education cod. 45816 – FLL CJTO CHALLENGE SET 21.22 CARGO CONNECT Cada conjunto contempla: I. 1920 (mil, novecentas e vinte) peças de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados, sendo: As peças de montagem compreendem: placas, blocos, personagens e outros para montagem de protótipos relacionados a temporada Cargo Connect; II. tapete com arte impressa, contendo demarcações para execução de desafios, Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de até 10 (dez) alunos.</p>	conjunto	1	RS 5.660,97	RS 5.660,97
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE I (RS)					RS 2.809.291,67





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	308
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

LOTE II - DESCRITIVO DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS

ID	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Formação de educadores para utilização pedagógica dos referidos conjuntos STEAM e de robótica educacional. As atividades da formação possibilitam o manuseio, construção e experimentação dos elementos dos conjuntos, bem como o domínio de aspectos técnicos, como mecânica e programação. A formação objetiva contribuir para que os educadores possam articular conhecimentos teóricos, conceituais, metodológicos e práticos para atuarem como facilitadores no desenvolvimento de atividades explorando todas as possibilidades de uso pedagógico. A formação de educadores, contempla: I. atividades práticas presenciais, ministradas por especialista; II. organização de turmas por segmento de ensino; III. turmas com no máximo 20 (vinte) participantes; IV. carga horária de 12 (doze) horas por turma; V. módulo único, organizado em dois dias consecutivos; Estima - se o seguinte quantitativo: Educação Infantil: 360 (trezentos e sessenta) educadores, organizados em 18 (dezoito) turmas; Anos Iniciais - Ensino Fundamental: 280 (duzentos e oitenta) educadores, organizados em 14 (quatorze) turmas. O cronograma de organização das turmas será definido em comum acordo entre a SMEC e a prestadora do serviço.	Educação Infantil - 18 turmas Anos Iniciais - 14 turmas Total: 32 turmas	R\$ 8.733,33	R\$ 279.466,56
2	Formação de educadores especialistas para utilização pedagógica dos referidos conjuntos STEAM e de robótica educacional. As atividades da formação possibilitam o manuseio, construção e experimentação dos elementos, bem como o domínio dos aspectos técnicos e conceituais, como mecânica e programação. A formação objetiva que os educadores especialistas sejam capazes de articular conhecimentos teóricos, conceituais, metodológicos e práticos para atuarem como facilitadores no desenvolvimento de atividades de robótica, explorando todas as possibilidades de uso pedagógico. Durante a formação, cada professor deverá elaborar um plano de aula que será disponibilizado para todos os professores da Rede Municipal de Ensino, por meio de plataforma digital. A partir dessas atividades, os educadores especialistas terão confiança para implementar novos projetos, elaborar aulas criativas e inovadoras, voltadas para a realidade da comunidade. Desse modo, eles serão referenciais em suas escolas, para implementação e desenvolvimento de atividades alinhadas às propostas dos conjuntos adquiridos. A formação de educadores especialistas, contempla: atividades práticas presenciais, ministradas por especialista; organização de turmas por segmento de ensino; turmas com no máximo 12 (doze) participantes; carga horária de 12 (doze) horas por turma; conteúdo de orientação prévia para organização dos conjuntos e primeiros passos, em plataforma on-line; módulo presencial único, organizado em dois dias consecutivos; material digital de apoio; certificação internacional Estima-se o seguinte quantitativo: Anos Iniciais - Ensino Fundamental: 276 (duzentos e setenta e seis) educadores, organizados em 23 (vinte e três) turmas. CCTI - Anos Finais - Ensino Fundamental: 24 (vinte e quatro) educadores, organizados em 02 (duas) turmas. O cronograma de organização das turmas será definido em comum acordo entre a SMEC e a prestadora do serviço.	Anos Iniciais - 23 turmas CCTI - Anos Finais - 02 turmas Total: 25 turmas	R\$ 8.663,33	R\$ 216.583,25
3	Disponibilização de profissionais técnico-pedagógicos para atendimento presencial, nas unidades escolares. Os atendimentos objetivam oferecer	Educação Infantil - 02	R\$ 275.853,33	R\$ 1.930.973,31





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	309
Fls. _____	
Proc. 005216	

Rubrica	

	suporte, junto aos educadores, à implementação e otimização de práticas pedagógicas com referidos conjuntos educacionais. O atendimento técnico-pedagógico, contempla: I. disponibilização dos profissionais técnico-pedagógicos por um ano; II. cronograma de atendimento de 1 (um) profissional técnico-pedagógico para 10 (dez) unidades escolares, conforme cronograma desenhado em conjunto com a Secretaria de Educação; III. dentre as ações, ao início do projeto, serão aplicadas aulas assistidas, nas quais os profissionais técnico pedagógicos acompanharão os professores na aplicação.	profissionais Anos Iniciais – 03 profissionais CCTI - Anos Finais - 02 profissionais Total: 07 profissionais		
4	Apoio para realização de uma edição de torneio de robótica no âmbito da Rede Municipal de Ensino, que contempla: I. Planejamento técnico-pedagógico do torneio - temática, regras e desafios; II. Planejamento da logística, estrutura necessária para realização do evento, com estimativa de 500 (quinhentos) participantes em 01 (um) dia; III. Comprovação de experiência em eventos similares. Todas as ações referem-se a atividades de apoio e serão desenvolvidas de forma conjunta com a equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC. Todas as despesas e recursos relacionados ao local do evento, como estrutura física, locação, alimentação, limpeza, iluminação, projeção, som e demais serviços necessários para a execução serão da responsabilidade da SMEC em prover as condições.	1	RS 16.483,33	RS 16.483,33
5	Acompanhamento pedagógico realizado diretamente com a equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC, conduzido por especialista em pensamento computacional, robótica e programação, com o objetivo de: debater e fortalecer a implementação do projeto, com suporte teórico e prático; e contribuir com o planejamento pedagógico, com orientações, sanando possíveis dúvidas e apresentando dicas. O acompanhamento pedagógico, contempla: I. suporte a distância para implantação do projeto; II. realização de 02 (dois) encontros on-line durante o ano combinados com a Secretaria de Educação para orientações necessárias. III. acompanhamento presencial, com carga-horária de 8 (oito) horas, durante o torneio de robótica promovido pela Secretaria de Educação.	1	RS 9.053,33	RS 9.053,33
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE II (RS)				RS 2.452.559,78

O valor total médio estimado dos Lotes I e II para a eventual aquisição do objeto é o importe de RS 5.261.851,45 (cinco milhões, duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e cinco centavos).





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	310
Fls.	
Proc. 005216	
Rubrica	

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PMBV / SMEC Nº
_____/2022.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE ROBÓTICA EDUCACIONAL, SERVIÇOS DE APOIO PEDAGÓGICO PARA EDUCADORES E ORGANIZAÇÃO DE TORNEIOS DE ROBÓTICA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA/RR -ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO CCTI (CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO)

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a Empresa _____, estabelecida na (endereço) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **FORNECEDORA REGISTRADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s) da **FORNECEDORA REGISTRADA**, firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 005216/2022**, em consequência do **Pregão Eletrônico nº 213/2022**, para Registro de Preços, homologado em ____/____/____ por despacho exarado às fls. _____ do referido Processo, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Federal nº 7892/13 e Decreto Municipal nº 113-E, às quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA(S):

EMPRESA(S) REGISTRADA(S)	LOTE(S)	VALOR TOTAL DO(S) LOTE(S)
	1 e 2	

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para a REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE ROBÓTICA EDUCACIONAL, SERVIÇOS DE APOIO PEDAGÓGICO PARA EDUCADORES E ORGANIZAÇÃO DE TORNEIOS DE ROBÓTICA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA/RR -ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO CCTI (CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO), de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital do Pregão Eletrônico supracitado, os quais integram a presente Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES

2.1 – A presente Ata será gerenciada pelo(a):

Órgão Gerenciador
Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	311
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

2.2 – A especificação do objeto e quantitativos, a serem adquiridos pelo ÓRGÃO GERENCIADOR serão os constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital, cujos são integrantes desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA ATA/ DO FORNECIMENTO/ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 – O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

3.1.1 – Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

3.1.2 – Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

3.1.3 – Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

3.1.4 – Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

3.1.5 – Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

3.2 – A **FORNECEDORA REGISTRADA** é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto desta Ata, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para justificar eventuais falhas nessa execução.

3.3 – A **FORNECEDORA REGISTRADA** obriga-se a fornecer o material e/ou prestar o serviço objeto desta Ata, em conformidade com o Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DA REVISÃO

4.1 – O valor total do presente Registro de Preços é de R\$ _____ e o preço acertado é o constante na proposta da **FORNECEDORA REGISTRADA**, aceito na licitação acima referida, devidamente rubricada pelos representantes das partes envolvidas, proibido o reajuste nos termos da legislação em vigor.

4.1.1 – É vedado efetuar acréscimo dos quantitativos fixados pela ARP inclusive o acréscimo no que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disposto no § 1º, do art. 11, do Decreto Federal nº 7.892/2013 e no §3º, do art. 25, do Decreto Municipal nº 113/E.

4.2 – Quanto a revisão e alteração dos preços registrados deverá ser obedecido o que segue:

4.2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata negociar junto aos **FORNECEDORES**.

4.2.2 – Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pela Administração ou impugnação de terceiros, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços **estão divergentes daqueles praticados no mercado**, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

a) Convocar a **FORNECEDORA REGISTRADA**, por meio de correspondência oficial, visando à negociação para adequação dos preços ao praticado no mercado.

a.1) O comparecimento da **FORNECEDORA REGISTRADA** deverá ser no prazo máximo de 5(cinco) dias, a contar do recebimento da notificação;

b) Frustrada a negociação, a **FORNECEDORA REGISTRADA** será liberada do compromisso assumido;

c) Convocar os demais **FORNECEDORES**, visando igual oportunidade de negociação;





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	312
Fls.	
Proc. 005216	
Rubrica	

d) Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração, baseada na planilha de composição de custos apresentada no ato da reformulação da proposta ao último lance verbal.

4.2.3 – Quando o preço de mercado tornar-se **superior aos preços registrados, e a FORNECEDORA**, mediante requerimento devidamente comprovado, **não puder cumprir** o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

a) Liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) Convocar os demais **FORNECEDORES**, visando igual oportunidade de negociação, não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá revogar a Ata de Registro de Preços.

4.2.4 – A cada pedido de revisão de preço deverá a **FORNECEDORA REGISTRADA** comprovar a variação ocorrente.

4.2.5 – A critério do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, poderá ser exigida da **FORNECEDORA REGISTRADA** a lista de preços expedida pelos fabricantes, que conterà, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

4.2.6 – Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou não da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

4.2.7 – O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento do pregão, devidamente apurado, e os propostos pela **FORNECEDORA REGISTRADA** será mantido durante toda a vigência do registro.

4.2.7.1 – O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

4.2.8 – É vedado à **FORNECEDORA REGISTRADA** interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Termo de Referência, anexo I do edital.

4.2.9 – a revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais, que são soberanas à previsão desta cláusula.

4.2.10 – Na hipótese da **FORNECEDORA REGISTRADA** não efetuar a adequação dos preços de mercado, o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a seu critério poderá cancelar parcialmente ou totalmente a ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 – A presente Ata de Registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, nos termos do § 3º, III, do art. 15 da Lei nº 8.666/93 e, ainda, do caput do art. 12 do Decreto Federal nº 7892/2013 e caput, do art. 25 do Decreto Municipal nº 113/E.

5.2 - A ata estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

5.3 – A existência de preços registrados não obriga o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	313
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO/CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada sem prejuízo da apreciação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, nos casos de:

- a) Inadimplemento, irregularidade ou lentidão no cumprimento das obrigações assumidas;
- b) Ocorrência de declaração de falência ou instrução de insolvência civil promitente.

6.2 Em qualquer dos casos, aplica-se o disposto no art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 no tocante ao reconhecimento dos direitos da Administração.

6.3 – A **FORNECEDORA** terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não assinar o Contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público.

6.4 – A **FORNECEDORA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

6.5 – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas acima, assegurados e contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES EXTRAORDINÁRIAS (CARONAS)

7.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de registro de Preços, deverão manifestar, seu interesse junto ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

7.2 – Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência poderá ser utilizada por órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme disposto no art. 22, do Decreto Federal nº 7892/2013 e art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.2.1 - O Termo de Adesão do órgão carona deve ser dirigido ao órgão gerenciador, com indicação de seu interesse e da quantidade estimada para conhecimento daquele órgão.

7.2.2 – Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante ou carona deverá efetivar a aquisição total ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.2.3 – A responsabilidade do órgão não participante ou carona é restrito às informações que esse produzir, não respondendo pelas eventuais irregularidades do procedimento da licitação.

7.2.4 – O órgão gerenciador não responde pelos atos do órgão não participante ou carona.

7.2.5 – Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando ao órgão gerenciador.

7.3 – Caberá à **FORNECEDORA** beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

7.4 – O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ARP** para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos participantes que aderirem, consoante disposto no § 7º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	314
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

7.5 – As aquisições ou contratações adicionais mencionadas não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **cem por cento** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, em atenção ao § 8º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.6 – Órgãos municipais não participantes em Atas do próprio município ou de órgãos estaduais e federais da Administração Pública, quando forem aderir a ARP deverão instruir o processo conforme as regras estabelecidas no art. 11, alíneas “a” a “h”, do Decreto Municipal nº 113/E.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1 – O **ÓRGÃO GERENCIADOR** publicará na imprensa oficial o extrato da Ata de Registro de Preços, com indicação do número da licitação, do objeto, de forma sucinta, e do endereço do portal eletrônico da Internet onde poderão ser obtidas as informações detalhadas de todos os elementos da ata, nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

8.2 – Nos casos em que houver a necessidade de publicação no Diário Oficial da União – DOU, o referido extrato deverá ser encaminhado à CPL, consoante §1º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

8.3 – Independentemente do valor homologado na licitação, com a publicação do extrato da ata nos termos estabelecidos neste artigo, é necessária a publicação da mesma em jornal de grande circulação, consoante §2º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES GERAIS

9.1 – As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e da **FORNECEDORA REGISTRADA**, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do edital.

9.2 – A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto nº 7.892/ 2013 e consoante §5º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

9.3 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.4 – Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.5 – A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, conforme dispõe o art. 23, do Decreto Municipal nº 113/E.

9.6 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – O Foro da Cidade de Boa Vista/RR fica designado para tratar de quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inadmitindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados, firmam-se a presente Ata, perante duas testemunhas que também assinam.

Boa Vista – RR, ____ de _____ de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

PELA FORNECEDORA REGISTRADA:

TESTEMUNHAS:

1. CIC:

2. CIC:

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NERIA GARDENIA PONTES BENICIO EM 08/07/2022 17:44:42

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 8629980F7





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	315
Fls.	
Proc. 005216	
Rubrica	

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO QUE
ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR E
A EMPRESA _____
PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, estabelecida na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s) da CONTRATADA), firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 005216/2022**, doravante referido por Processo, em consequência do **Pregão Eletrônico nº 213/2022**, homologado em por despacho exarado às fls. do Processo, nos termos da Lei nº 8.666/93, à qual as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1-Constitui objeto do presente contrato a REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE ROBÓTICA EDUCACIONAL, SERVIÇOS DE APOIO PEDAGÓGICO PARA EDUCADORES E ORGANIZAÇÃO DE TORNEIOS DE ROBÓTICA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA/RR -ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO CCTI (CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO), conforme especificado neste instrumento, de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e Termo de Referência, correspondentes aos lotes 1 e 2.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

- a) o edital pertinente ao **Pregão Eletrônico nº 213/2022** e o anexo I (Termo de Referência);
- b) proposta da **CONTRATADA**;
- c) ata da sessão da licitação e ata de registro de preços;
- d) demais documentos anexados ao Processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA E PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 – A CONTRATADA é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do **CONTRATANTE** para justificar eventuais falhas nessa execução.

3.2 Cumprir fielmente as condições de entrega, recebimentos e prazos constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇOS, CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E REAJUSTES

4.1 – O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), e o preço é o constante da proposta da **CONTRATADA**, aceito na licitação acima referida, devidamente





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	316
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

rubricada pelos representantes das partes contratantes, proibido o reajuste nos termos da legislação em vigor.

4.2 – O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças – SEPF, até 30º (trigésimo) dia do mês subsequente à efetiva entrega dos materiais, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/Fatura), em vias devidamente atestadas, após a análise e manifestação da Controladoria Geral do Município – CGM .

4.2.1 – A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.3 – Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos documentos pertinentes à contratação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente por parte da Contratada, decorrente de inadimplência ou penalidade imposta, o pagamento ficará sobrestado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras.

4.3.1 – Nas hipóteses previstas no **subitem 4.3.**, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação por parte da Contratada, não acarretando ônus à Contratante.

4.5 – Quaisquer valores devidos pela **CONTRATANTE**, não pagos nas datas de seus respectivos vencimentos, por sua culpa, serão atualizados financeiramente desde a data devida até a data do efetivo pagamento, tendo como base o artigo 406 do Código Civil, *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = [(Taxa SELIC/30) x N] x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

Taxa SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

30 = número de dias do mês civil;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

DOS REAJUSTES:

4.6 – Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da publicação do contrato.

4.6.1 – Dentro da vigência contratual e mediante solicitação da Contratada, os preços poderão ser reajustados, após um ano da publicação do contrato, aplicando-se o Índice de Pesquisa Ampla ao Consumidor - IPCA, pela sua variação acumulada nos último 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.6.2 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.6.3 – No caso de o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.6.3.1 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.7 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS

5.1 – Ao disposto neste Contrato aplicam-se também, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8078/90.

5.2 – Fica dispensada para o(s) licitante(s) vencedor(es) prestação da garantia para a execução do objeto da presente licitação, conforme disposto no art. 56, § 2º da Lei nº 8.666/93, salvo se exigido pela autoridade competente no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rj.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NERIA GARDENIA PONTES BENICIO EM 08/07/2022 17:44:42

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 8629980F7





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	
Fls.	317
Proc. 005216	
Rubrica	

6.1 – A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 – Além das obrigações resultantes das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, aqui não transcritas, compete:

I – Ao CONTRATANTE:

1 – As obrigações do **CONTRATANTE** são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

II – À CONTRATADA:

1 – As obrigações da **CONTRATADA** são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação;

1.1 – Além das obrigações elencadas no Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação, compete a contratada ainda, responder civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados à Administração e/ou a terceiros, dolosa ou culposamente, ao executar os serviços, em razão de ação ou omissão da **CONTRATADA** ou de quem em seu lugar agir;

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da **Unidade Orçamentária: Funcional Programática: Categoria Econômica: Fontes de Recursos:** tendo sido emitida a **Nota de Empenho** nº ____, de __/__/2022, no valor de R\$ _____ (____).

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES E PENALIDADES

9.1 – O descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer das cláusulas e/ou condições estabelecidas neste instrumento, ocasionando a inexecução total ou parcial do acordado, ensejará, garantida a prévia defesa, a rescisão do contrato, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93, e/ou a aplicação pelo **CONTRATANTE**, das sanções constantes nos artigos 86 e 87, do mesmo diploma legal, conforme estabelecido no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

10.1 – A fiscalização da entrega do objeto contratado será exercida por representantes do **CONTRATANTE**, neste ato denominado FISCALIS, nos termos dispostos no art. 67 c/c art. 70, ambos da Lei 8.666/93.

10.2 – Este contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas nos casos previstos no art. 65 da Lei 8666/93.

10.3 – A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de fornecimento, no montante de até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

10.4 – Em casos de convênio, a Contratada deverá permitir o livre acesso de servidores do **CONCEDENTE**, e dos Órgãos de Controle Internos e Externos, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do objeto do presente Contrato.

10.5 – Além das obrigações elencadas acima, compete a contratada cumprir com as demais obrigações constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 – A rescisão contratual ocorrerá imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando ocorrer as situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 do mencionado Diploma Legal.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	
Fls.	318
Proc. 005216	
Rubrica	

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 – O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, nos Diários Oficiais da União (DOU) e do Município de Boa Vista (DOM), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos, nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – O Foro da Cidade de Boa Vista/RR fica designado para tratar de quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inadmitindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, firma-se o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também assinam.

Boa Vista – RR, ____ de _____ de 2022.

CONTRATANTE: PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1. CIC:
2. CIC:





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	
Fls.	319
Proc. 005216	
Rubrica	

ANEXO IV – INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

1 – DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

EST.:

CEP:

TEL (XX)

FAX (XX)

E-MAIL:

NOME P/CONTATO:

2 – ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

QUALIFICAÇÃO: (nacionalidade, naturalidade, profissão, estado civil, endereço residencial, nº do documento de identidade, nº do CPF)

Na qualidade de: (Representante legal ou procurador)

OBSERVAÇÕES:

1 – Tratando-se de representante legal será observado o ESTATUTO SOCIAL, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, constante dos documentos de habilitação já existentes no processo;

2 – Tratando-se de procurador, o instrumento de PROCURAÇÃO pública ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes para praticar todos os atos pertinentes para formalização do contrato, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, se o mesmo não estiver constando do processo.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	
Fls.	320
Proc. 005216	
Rubrica	

ANEXO V – MODELOS DE DECLARAÇÕES

A empresa XXXXXXXXXX inscrita no CNPJ F sob o XXXXXXXX por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXX, DECLARA, para fins do disposto que:

- a) Tem total conhecimento e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos.
- b) Cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- c) Inexiste de fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- d) Não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal;
- e) a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- f) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- h) os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes do Município de Boa Vista – RR, ou responsável pela licitação;

Boa Vista, XXX de XXXX de 2022.

Assinatura do representante

Nome por extenso

A falsidade das declarações sujeitará o licitante à sanções previstas no artigo 49, caput, do Decreto nº 10.024/19.





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	321
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

ANEXO VI – MODELO DE PLANILHA / PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO N.º 005216/2022 – SMEC

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 213/2022 – REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE ROBÓTICA EDUCACIONAL, SERVIÇOS DE APOIO PEDAGÓGICO PARA EDUCADORES E ORGANIZAÇÃO DE TORNEIOS DE ROBÓTICA AOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA/RR -ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO CCTI (CENTRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO).

LOTE I - DESCRITIVO DOS CONJUNTOS STEAM E DE ROBÓTICA EDUCACIONAL

ITEM	MARCA	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. MÉDIO (RS)	VALOR TOTAL MÉDIO (RS)
1		Conjunto educacional destinado a atividades STEAM para Educação Infantil, que favorece a criatividade, coordenação motora fina, experimentos com tubos e circuitos, investigação de causa e efeito, probabilidade e resolução de problemas. Referência: LEGO® Education cod. 9076 – CONJUNTO EXPERIMENTOS COM TUBOS Cada conjunto contempla: I. 147 (cento e quarenta e sete) peças grandes de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças compreendem: blocos estruturais, tubos, bolas, personagens e outros; II. cartões com sugestões de montagens; III. caixa de armazenamento com tampa, fabricada em plástico rígido. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de 8 (oito) alunos.	conjunto	30		
2		Conjunto educacional destinado a atividades STEAM para Educação Infantil, que estimula a construção livre de protótipos e ambientes variados e favorece o desenvolvimento da coordenação motora fina. Referência: LEGO® Education cod. 9090 CONJUNTO GRANDE DE BLOCOS LEGO DUPLO Cada conjunto contempla: I. 562 (quinhentas e sessenta e duas) peças grandes de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças compreendem: placas, blocos estruturais, rodas, ganchos, personagens e outros; II. cartões com sugestões de montagens. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de 8 (oito) alunos.	conjunto	50		
3		Conjunto educacional destinado a atividades STEAM para Educação Infantil, que estimula a construção de protótipos e ambientes lúdicos e favorece o desenvolvimento da coordenação motora fina, investigação de causa e efeito, resolução de problemas	conjunto	60		

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rr.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NERIA GARDENIA PONTES BENICIO EM 08/07/2022 17:44:42

LEI N° 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 8629980F7





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	322
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

		e experimentação. Referência: LEGO® Education cod. 45024 - CONJUNTO STEAM PARK Cada conjunto contempla: I. 295 (duzentas e noventa e cinco) peças grandes de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças compreendem: placas, blocos estruturais, rampas, trilhos, gangorras, engrenagens, rodas, hélices, personagens, animais e outros; II. cartões com sugestões de montagens. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de 6 (seis) alunos.			
4		Conjunto STEAM destinado à participação na competição FIRST® LEGO® League Explore - programa internacional voltado para crianças de 3 a 6 anos, realizada em parceria da FIRST® com o Grupo LEGO® - desenvolvido para despertar o interesse dos alunos em temas como Ciências, Matemática e Tecnologia dentro do ambiente escolar, inspirando e desafiando crianças e jovens a pensarem como cientistas e engenheiros. Referência: LEGO® Education cod. 45815 -CONJUNTO FIRST® LEGO League Play Makers – Discover Set Cada conjunto contempla: I. 76 (setenta e seis) peças grandes de encaixar, com temática de esportes, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças compreendem: placas, blocos estruturais, tubos, personagens e outros para montagem de protótipos relacionados ao tema Esportes (temporada Play Makers); II. acesso digital a 10 (dez) atividades com orientações para professores e alunos. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de 4 (quatro) alunos.	conjunto	50	
5		Conjunto de robótica educacional destinado a atividades STEAM para alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Os elementos que compõem o conjunto permitem a combinação de peças de montagem, hardware e software intuitivo, possibilitando a realização de experiências de prototipagem e programação computacional. Referência: LEGO® Education cod. 45345– CONJUNTO SPIKEES SENTIAL Cada conjunto contempla: I. 449 (quatrocentas e quarenta e nove) peças de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças de montagem compreendem: placas, blocos e vigas estruturais, alavancas, eixos, rodas, personagens, animais, plantas e outros; II. peças eletrônicas como: sensor de cor, motores, LEDs RGB programáveis individualmente; III. placa programável, com entradas/saídas, conectividade Bluetooth e por cabo USB, giroscópio de seis eixos e bateria carregável; IV. caixa de armazenamento com tampa, fabricada em plástico rígido; V. ambiente online de programação, com	conjunto	200	

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rj.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NERIA GARDENIA PONTES BENICIO EM 08/07/2022 17:44:42

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 8629980F7





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	323
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

		<p>linguagem baseada em ícones e blocos; VI. tutoriais digitais com instruções para construção de robôs e dicas de programação; VII. cartões com sugestões de montagens; VIII. material digital, com sugestões de planos de aula para o professor e propostas para resolução de situações problema. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de até 3 (três) alunos.</p>			
6		<p>Conjunto de robótica educacional destinado à participação na competição FIRST® LEGO® League Explore, - programa internacional voltado para alunos de 6 a 10 anos, realizada em parceria da FIRST® com o Grupo LEGO® - desenvolvido para despertar o interesse dos alunos em temas como Ciências, Matemática e Tecnologia dentro do ambiente escolar, inspirando e desafiando crianças e jovens a pensarem como cientistas e engenheiros. Referência: LEGO® Education cod. 45814 – CONJUNTO FIRST® LEGO® LEAGUE EXPLORE PLAY MAKERS Cada conjunto contempla: I. 779 (setecentas e setenta e nove) peças de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças de montagem compreendem: placas, blocos e personagens para montagem de protótipos relacionados ao tema Movimento e Esportes (temporada Play Makers); II. acesso digital a 10 (dez) atividades com orientações para professores e alunos. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de até 6 (seis) alunos.</p>	conjunto	65	
7		<p>Conjunto de robótica educacional destinado a atividades STEAM para alunos do CCTI - Anos Finais do Ensino Fundamental. Os elementos que compõem o conjunto permitem a combinação de elementos de construção, hardware e software intuitivo, possibilitando que os alunos realizem prototipagem experiências de programação computacional. Referência: LEGO® Education cod. 45678 – CONJUNTO SPIKE PRIME Cada conjunto contempla: I. 528 (quinhentas e vinte e oito) peças de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças de montagem compreendem: placas, blocos e vigas estruturais, alavancas, esfera, polias, engrenagens, roldana, eixos, rodas, personagens e outros; II. peças eletrônicas como: sensor de cor, sensor de distância, sensor de força, motores, LEDs programáveis individualmente; III. placa programável, com seis entradas/saídas, conectividade Bluetooth e por cabo USB, alto-falante, giroscópio de seis eixos e bateria carregável; IV. caixa de armazenamento com tampa, fabricada em plástico rígido; V. ambiente online de programação, com linguagem baseada em blocos e Python; VI. tutoriais digitais com instruções para construção de robôs e</p>	conjunto	12	

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rj.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NERIA GARDENIA PONTES BENICIO EM 08/07/2022 17:44:42

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 8629980F7





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	324
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

		dicas de programação; VII. cartões com sugestões de montagens; VIII. material digital, com sugestões de planos de aula para o professor e propostas para resolução de situações-problema. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de até 3 (três) alunos.			
8		Conjunto de robótica educacional destinado às atividades STEAM para alunos do CCTI - Anos Finais do Ensino Fundamental. Este conjunto contempla peças adicionais para o desenvolvimento criativo de atividades com o conjunto SPIKE PRIME. Referência: LEGO® Education cod. 45680 – CONJUNTO SPIKE PRIME ADICIONAL Cada conjunto contempla: I. 603 (seiscentas e três) peças de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados. As peças de montagem compreendem: placas, blocos e vigas estruturais, engrenagens, roldana, rodas e outros. Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de até 3 (três) alunos.	conjunto	12	
9		Conjunto de robótica educacional destinado à participação na competição FIRST® LEGO® League Challenge, - programa internacional voltado para alunos de 9 a 16 anos, realizada em parceria da FIRST® com o Grupo LEGO® - desenvolvido para despertar o interesse dos alunos em temas como Ciências, Matemática e Tecnologia dentro do ambiente escolar, inspirando e desafiando crianças e jovens a pensarem como cientistas e engenheiros. Referência: LEGO® Education cod. 45816 - FLL CJTO CHALLENGE SET 21.22 CARGO CONNECT Cada conjunto contempla: I. 1920 (mil, novecentas e vinte) peças de encaixar, fabricadas em plástico rígido, com cores e formatos variados, sendo: As peças de montagem compreendem: placas, blocos, personagens e outros para montagem de protótipos relacionados a temporada Cargo Connect; II. tapete com arte impressa, contendo demarcações para execução de desafios, Permite o desenvolvimento de atividades em grupos de até 10 (dez) alunos.	conjunto	1	
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE I (R\$)					R\$

LOTE II - DESCRITIVO DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Formação de educadores para utilização pedagógica dos referidos conjuntos STEAM e de robótica educacional. As atividades da formação possibilitam o manuseio, construção e experimentação dos elementos dos conjuntos, bem como o domínio de aspectos técnicos, como mecânica e programação. A formação objetiva contribuir para que os	Educação Infantil - 18 turmas Anos Iniciais - 14 turmas		

Rua Gal. Penha Brasil, 1011 – Palácio 9 de Julho – Anexo I – São Francisco
e-mail: pregao.pmbv@gmail.com - Visite o nosso site: www.boavista.rj.gov.br

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NERIA GARDENIA PONTES BENICIO EM 08/07/2022 17:44:42

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO EM <https://portalcidadao.prefeitura.boavista.br/verificacao.aspx> INFORMANDO O CODIGO: 8629980F7





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	325
Fls. _____	
Proc. 005216	
Rubrica	

1	educadores possam articular conhecimentos teóricos, conceituais, metodológicos e práticos para atuarem como facilitadores no desenvolvimento de atividades explorando todas as possibilidades de uso pedagógico. A formação de educadores, contempla: I. atividades práticas presenciais, ministradas por especialista; II. organização de turmas por segmento de ensino; III. turmas com no máximo 20 (vinte) participantes; IV. carga horária de 12 (doze) horas por turma; V. módulo único, organizado em dois dias consecutivos; Estima - se o seguinte quantitativo: Educação Infantil: 360 (trezentos e sessenta) educadores, organizados em 18 (dezoito) turmas; Anos Iniciais - Ensino Fundamental: 280 (duzentos e oitenta) educadores, organizados em 14 (quatorze) turmas. O cronograma de organização das turmas será definido em comum acordo entre a SMEC e a prestadora do serviço.	Total: 32 turmas		
2	Formação de educadores especialistas para utilização pedagógica dos referidos conjuntos STEAM e de robótica educacional. As atividades da formação possibilitam o manuseio, construção e experimentação dos elementos, bem como o domínio dos aspectos técnicos e conceituais, como mecânica e programação. A formação objetiva que os educadores especialistas sejam capazes de articular conhecimentos teóricos, conceituais, metodológicos e práticos para atuarem como facilitadores no desenvolvimento de atividades de robótica, explorando todas as possibilidades de uso pedagógico. Durante a formação, cada professor deverá elaborar um plano de aula que será disponibilizado para todos os professores da Rede Municipal de Ensino, por meio de plataforma digital. A partir dessas atividades, os educadores especialistas terão confiança para implementar novos projetos, elaborar aulas criativas e inovadoras, voltadas para a realidade da comunidade. Desse modo, eles serão referenciais em suas escolas, para implementação e desenvolvimento de atividades alinhadas às propostas dos conjuntos adquiridos. A formação de educadores especialistas, contempla: atividades práticas presenciais, ministradas por especialista; organização de turmas por segmento de ensino; turmas com no máximo 12 (doze) participantes; carga horária de 12 (doze) horas por turma; conteúdo de orientação prévia para organização dos conjuntos e primeiros passos, em plataforma on-line; módulo presencial único, organizado em dois dias consecutivos; material digital de apoio; certificação internacional Estima-se o seguinte quantitativo: Anos Iniciais - Ensino Fundamental: 276 (duzentos e setenta e seis) educadores, organizados em 23 (vinte e três) turmas. CCTI - Anos Finais - Ensino Fundamental: 24 (vinte e quatro) educadores, organizados em 02 (duas) turmas. O cronograma de organização das turmas será definido em comum acordo entre a SMEC e a prestadora do serviço.	Anos Iniciais - 23 turmas CCTI - Anos Finais - 02 turmas Total: 25 turmas		
3	Disponibilização de profissionais técnico-pedagógicos para atendimento presencial, nas unidades escolares. Os atendimentos objetivam oferecer suporte, junto aos educadores, à implementação e otimização de práticas pedagógicas com referidos conjuntos educacionais. O atendimento técnico-pedagógico, contempla: I. disponibilização dos profissionais técnico-pedagógicos por um ano; II. cronograma de atendimento de 1 (um) profissional técnico-pedagógico para 10 (dez) unidades escolares, conforme cronograma desenhado em conjunto com a Secretaria de Educação; III. dentre as ações, ao início do projeto, serão aplicadas aulas assistidas, nas quais os profissionais técnico pedagógicos	Educação Infantil - 02 profissionais Anos Iniciais - 03 profissionais CCTI - Anos Finais - 02 profissionais Total: 07		





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/PMBV	326
Fls.	
Proc. 005216	
Rubrica	

		profissionais		
	acompanharão os professores na aplicação.			
4	Apoio para realização de uma edição de torneio de robótica no âmbito da Rede Municipal de Ensino, que contempla: I. Planejamento técnico -pedagógico do torneio - temática, regras e desafios; II. Planejamento da logística, estrutura necessária para realização do evento, com estimativa de 500 (quinhentos) participantes em 01 (um) dia; III. Comprovação de experiência em eventos similares. Todas as ações referem-se a atividades de apoio e serão desenvolvidas de forma conjunta com a equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC. Todas as despesas e recursos relacionados ao local do evento, como estrutura física, locação, alimentação, limpeza, iluminação, projeção, som e demais serviços necessários para a execução serão da responsabilidade da SMEC em prover as condições.	1		
5	Acompanhamento pedagógico realizado diretamente com a equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC, conduzido por especialista em pensamento computacional, robótica e programação, com o objetivo de: debater e fortalecer a implementação do projeto, com suporte teórico e prático; e contribuir com o planejamento pedagógico, com orientações, sanando possíveis dúvidas e apresentando dicas. O acompanhamento pedagógico, contempla: I. suporte a distância para implantação do projeto; II. realização de 02 (dois) encontros on-line durante o ano combinados com a Secretaria de Educação para orientações necessárias. III. acompanhamento presencial, com carga-horária de 8 (oito) horas, durante o torneio de robótica promovido pela Secretaria de Educação.	1		
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE II (RS)				RS

Local de Entrega:	
Prazo de Validade Proposta:	
Prazo para Fornecimento e Prestação dos Serviços:	
Banco :	Agência: C/C:
Boa Vista-RR, / / 2022	Ass. e Carimbo do Proponente :

